

**DITOS E ESCRITOS SOBRE OS ESTUDOS
AMAZÔNICOS, NO ENSINO BÁSICO, DO ESTADO DO PARÁ.**

Tise Teixeira Junior¹

RESUMO: Este artigo analisa discursos escritos e falados, acerca da disciplina escolar da rede pública do ensino básico, do Estado do Pará, chamada de “Estudos Amazônicos”. Componente curricular obrigatório do 6º ao 9º ano, do ensino fundamental, e do 2º ano, do ensino médio da rede pública de ensino, que busca cumprir os dispositivos legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (LDB), em seu Art. 26, no tocante aos estudos regionais. No aspecto metodológico foi feita uma revisão de literatura sobre o tema, e também, uma pesquisa de campo, em que foram entrevistados professores e professoras que trabalham com esta área de conhecimento, com uso da História oral, Alberti (2007) e também Análise do Discurso, Foucault (1996). Constatou-se que a disciplina oferta aulas, em sua maioria, de História Regional e faz uma leitura disciplinar da região Amazônica, e que também, há uma ausência de material pedagógico, como livros didáticos, e cursos de formação continuada para os professores da área.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação. Estudos Amazônicos. Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

Os currículos escolares da educação básica do Estado Pará, em cumprimento ao Art. 26, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata das especificidades regionais, oferta em suas unidades de ensino, dependendo do tempo e do espaço, a disciplina Regional de Estudos Amazônicos, podendo ser denominada, também, de Estudos Regionais ou de Estudos Paraenses. (SEDUC-PA, 2003).

No ensino fundamental, a disciplina é ofertada na rede pública, do 6º ao 9º ano. De acordo com a divisão de aulas, das escolas aqui pesquisadas, no turno do dia são ofertadas 03 (três) aulas semanais, com um tempo de 45 minutos cada aula. No turno da noite, esse número cai para 02 (duas) aulas semanais, de 40 minutos cada aula. Na rede estadual de ensino, sistema regular e modular, a disciplina é ofertada apenas no 2º ano, com 03 aulas semanais, nos turnos do dia e da noite, em tempos de 45 minutos, perfazendo um total de 2:15 (duas horas e quinze minutos) de aula semanal.

De acordo com a proposta curricular do ensino médio, da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), de 2003, a disciplina aparece na relação da parte diversificada, na alternativa B, do documento, que foi sugerida no Seminário do Ensino Médio/Seduc-pa, de

¹ Doutorando em Ciência Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará. Bolsista Capes / Pró Amazônia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Mudança Social no Sudeste Paraense / GEPEMSSP, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA. E-mail tiesejr@gmail.com

1998, compondo o referido bloco de áreas de estudo, formado por 12 disciplinas. No referido documento encontramos no item 5 Estudos Amazônicos e no item 6. Estudos Paraenses.

Em se tratando do profissional que pode trabalhar com a docência na referida área de conhecimento, o documento diz que devem ser licenciados em Geografia, ou Ciências Sociais ou História, a título precário, o documento citado diz que bacharéis das mesmas áreas podem realizar tal atividade. Com relação a conteúdo programático, a proposta curricular do ensino médio de 2003, que ainda está em vigor, não apresenta indicativos para as disciplinas que tratam das questões regionais. É nesse terreno que o presente artigo caminha e traz como objetivo geral, caracterizar e analisar a aplicabilidade da disciplina regional do ensino básico, Estudos Amazônicos, da rede pública de ensino do Estado do Pará; como objetivos específicos pretende indicar os desafios, de se trabalhar a citada área do conhecimento, entendida aqui, como um exemplo de prática de ensino interdisciplinar e plural, buscando destacar como a História Regional se faz presente, nessa “disciplina” e que lugar ocupa no debate. O trabalho está dividido em três seções: Introdução, Metodologia e Corpus de Análise, e Considerações finais.

METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE

O percurso metodológico desse trabalho passou por uma revisão de literatura sobre o tema, e está apoiado nos recursos teóricos vindos da História Oral e da Análise do Discurso, de matriz Francesa. Os dados coletados são, também, de natureza subjetiva e o discurso encontra-se na base do processo de investigação, para tanto, a adoção da entrevista é o aporte fundamental, mas não o único. A opção pelo uso das entrevistas justifica-se pela intenção de mapear as práticas sociais específicas, assim como os possíveis conflitos e as contradições do objeto em estudo. Alberti (2007) sinaliza que as entrevistas permitem um mergulho profundo, na forma como cada agente social percebe a sua realidade, o que permite uma melhor compreensão das relações que se estabelecem no contexto social em foco. Lembrando que esse procedimento requer rigor, esclarecimento, e seriedade. A categoria agente social é utilizada, neste trabalho, de acordo com Bourdieu (2009).

Aqui, foram ouvidos/as professores e professoras da disciplina regional de Estudos Amazônicos, da educação básica, da rede pública de ensino, nos municípios Paraenses: Goianésia do Pará, Moju, Santarém, Juruti e Óbidos, no período de março a agosto de 2014, nem todos os relatos foram citados no corpo do artigo. O trabalho de campo foi feito através de entrevistas semiestruturadas, conversas informais, provocadas a partir de palestras,

seminários dos quais participo, e na prática docente com professores/as da área, bem como, a participação em feiras culturais sobre o tema. Os principais instrumentos para a coleta dos dados são: o caderno de campo, gravador e câmera fotográfica.

O que a revisão da literatura sobre a questão nos sugere.

Almeida (2013), em trabalho sobre o processo de ensino e aprendizagem na disciplina de Estudos Amazônicos, em Marabá, no Estado do Pará, e suas relações com a Ciência Geográfica traz pontos de inflexão, importantes para ajudar a pensar a proposta desse artigo, uma vez que, começa seu diálogo destacando, que a disciplina regional de “estudos amazônicos” é parte do componente curricular obrigatório, nas escolas da rede municipal de ensino de Marabá, desde 2003, e que tem dentre suas finalidades a compreensão do espaço amazônico, pensando suas dinâmicas de ocupação, organização e reorganização, em escala local e global, chama a atenção para a desconstrução de conceitos preconcebidos sobre a região, valorização do multicultural, da biodiversidade e a construção de valores individuais e coletivos. Elementos que parecem caminhar na perspectiva da prática da cidadania.

Avançando nesse mesmo trabalho, o autor diz que a disciplina de Estudos Amazônicos é de caráter interdisciplinar, e que a ausência de material didático é uma fragilidade apontada pelos professores pesquisados, que trabalham com a mesma. A pesquisa aponta ainda, quatro áreas de conhecimento que atravessam essa área de estudo: a Geografia, a História, as Ciências Ambientais e a Educação. Como conclusão, o trabalho diz que a disciplina de Estudos Amazônicos é uma área de trabalho, a mais, para o profissional da Geografia.

Outro trabalho que perpassa seu caminho por este tema é o de Silva (2014), em seu artigo de conclusão do curso de História, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (Fibra) destaca que a disciplina Estudos Amazônicos é componente curricular obrigatório, do ensino fundamental, do Município de Belém, determinada pela SEDUC-PA e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, em documento de 1996, mesmo ano da implementação da Lei de Diretrizes de Bases (LDB) 9.394/96.

Nesse trabalho, a autora olha os Estudos Amazônicos pelo “filtro” da História. Mostra que a História Regional é importante e que de acordo com os conteúdos indicados pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, a História da região deve ser compreendida a partir de um olhar externo, pois, o primeiro tópico apresentado como conteúdo é a vinda da família real para o Brasil. Diz a pesquisadora:

Deixa-se assim de explorar estudos importantes sobre a participação indígena e negra no contexto da sociedade da região, como sujeitos sociais participantes do processo histórico e de formação da identidade cultural, fundamentados pelo respeito às diferenças étnicas, ambientais, religiosas, linguísticas dentre outras. (SILVA, 2014, p. 11).

Uma questão reafirmada nesta pesquisa, onde ouviu professores e professoras da região metropolitana de Belém do Pará, é que não há livro, didático ou não, destinado à disciplina de Estudos Amazônicos. A História e a Geografia regional precisam ser “retiradas” dos livros de História e Geografia Geral, conclui uma pesquisada.

O que os registros escritos nos dizem.

A LDB, 9.494/96, em seu artigo 26, fala da obrigatoriedade dos conteúdos regionais, que complementam os currículos escolares do ensino básico. No Estado do Pará, o Conselho Estadual de Educação desde 1996, tornou obrigatória a instituição da disciplina regional de Estudos Amazônicos, nas escolas da rede pública e privada de ensino, no município de Paragominas, por exemplo, a disciplina é chamada de “Estudos Paraenses”.

A Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA) fornece, através de seu endereço eletrônico, uma proposta de conteúdo para o ensino fundamental e o ensino médio, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma diretriz formada por temas que remetem à “História do Pará”, a seguir, há uma adaptação de parte da citada proposta.

1. O processo de independência do Brasil
2. A transição da corte real para o Brasil
3. Revolução do porto
4. Adesão do Pará à independência
5. A tragédia do Brigue palhaço
6. A Cabanagem
7. A Guerrilha do Araguaia

A primeira observação é que a “História da região amazônica” começa a ser citada a partir do processo de independência do Brasil, de acordo com essa proposta. Neste sentido, os temas abordados na proposta remetem aos contemplados nos livros didáticos de História Geral, na proposta aqui mencionada, não aparecem referências ao chamado “Ciclo da Borracha”, por exemplo, território comum dos livros didáticos de História sobre a região.

Em se tratando do espaço dedicado à História Regional da Amazônia, nos livros didáticos, é oportuno mencionar que dentre os livros do ensino médio de História, utilizados

pela rede pública de ensino do Estado do Pará, está a coleção História Geral e do Brasil, da editora Saraiva, dividida em três volumes, utilizada no ano de 2014, pelo Colégio Estadual Anunciada Chaves, no município de Goianésia do Pará. Nesta coleção, entendida aqui como um documento oficial, uma vez que são livros recomendados pelo Ministério da Educação, encontramos a seguinte referência à História Regional.

No livro do 1º ano, no capítulo 03, que trata dos primeiros habitantes do Brasil, há uma menção aos povos do Marajó e da região do Tapajós, em um texto de dois parágrafos, com uma iconografia do município de Breves, do século XIX, este volume da coleção tem um total de 224 páginas; O livro do 2º ano, no capítulo 14, que trata das revoltas do período da regência no Brasil, apresenta um texto sobre a Cabanagem, formado por dois parágrafos, no capítulo 25, do mesmo volume, que trata da industrialização e urbanização do Brasil, há um texto intitulado “a borracha na Amazônia”, de aproximadamente meia página, este volume da coleção é formado por um total de 272 páginas; finalizando, o livro do 3º ano, do ensino médio, em seu capítulo 17, que trata do regime militar no Brasil, apresenta um texto em que um parágrafo é dedicado à Guerrilha do Araguaia, este volume é composto por 304 páginas. A coleção toda tem aproximadamente 800 páginas, de História da Humanidade, dessas, talvez, duas páginas mencionem a “História da Região Amazônica”.

O que os registros orais nos dizem.

Os agentes sociais com os quais dialogamos a seguir são professores ou/e professoras da educação básica, da rede pública de ensino do Estado do Pará, que trabalharam ou trabalham, com a disciplina regional de Estudos Amazônicos, seus discursos serão aqui mostrados, com a intenção de perceber, onde se aproximam e onde se distanciam dos enunciados dos documentos escritos citados até o momento.

Parece haver um consenso entre os agentes aqui ouvidos, de que não há material didático para a referida área de estudo, e entende-se por material didático, o livro didático. Sobre esse aspecto a professora do ensino fundamental II Cilene Lemos, da escola Luciolo de Oliveira Rabelo, de Goianésia do Pará, nos auxilia dizendo que:

A dificuldade principal é justamente, o material que a gente não tem. Não temos livro didático. Nós temos que digitar nossas apostilas. O material não está à mão, e a gente tem que se virar, pra passar alguma coisa pros alunos. (...) o conteúdo que eu trabalho é mais voltado para a História, não trabalho com temas ligados com a Geografia. Nosso conteúdo é indicado pelo Secretaria de Educação Municipal. (Entrevista concedida, em 14 de julho de 2014).

Sobre os conteúdos trabalhados nas aulas de Estudos Amazônicos, os registros orais, aqui utilizados anunciam que é preciso que haja uma reformulação dos mesmos, pois, há uma clara hegemonia de conteúdos da “História do Pará”, e a região Amazônica é bem mais que isso. Entender esse contexto requer outros olhares. Neste sentido Dinair Leal, Geógrafa, professora do ensino médio, da rede pública de ensino do Estado do Pará chama a atenção para o fato de que:

A disciplina Estudos Amazônicos precisa passar por uma reformulação curricular. Nós ficamos por muito tempo trabalhando História da Amazônia, mas muito preso ainda, a questão de preservar a natureza, numa visão da História que os europeus escreveram. (...) Hoje, o debate da preservação e da sustentabilidade está aí, e precisa ser incorporado ao debate da disciplina, e isso ainda não vejo. (Entrevista concedida, em 03 de julho de 2014).

No que diz respeito à importância da disciplina de Estudos Amazônicos, para a formação da cidadania, argumento presente nos documentos legais que dialogam com o tema, o professor do ensino médio, da rede pública de ensino do estado do Pará, Felismar Nascimento começa sua narrativa dizendo que, com ela temos a oportunidade de discutir temas pertinentes à região, e isso é um diferencial positivo, já que na maior parte das vezes somos obrigados a falar de outras realidades. Uma situação apontada, por este pesquisado é que ainda há municípios que não adotam a disciplina, assim, alunos de municípios vizinhos, por exemplo, aqui do entorno da Hidrelétrica de Tucuruí, chegam sem nunca terem estudado temas ligados à Amazônia.

Sobre o entendimento que alunos/as têm da disciplina, segundo essa fonte, muitos associam a mesma ao estado do Amazonas, e quando falam da Amazônia, é como se estivessem fora dela, assim, muitos demonstram dificuldades em se localizar dentro da região. Em se tratando do conteúdo programático, diz que ele mesmo é quem elabora o seu conteúdo, e que o foco principal é a Geografia regional, acredita que a falta de um parâmetro curricular regional para a disciplina é um desafio, que afasta muitos professores dessa área de conhecimento. (Entrevista concedida em 02 de julho de 2014).

Dos registros orais aqui selecionados, algumas fragilidades se revelam mais acentuadas. Há uma ausência de material didático-livro- para a disciplina regional de Estudos Amazônicos, na educação básica no estado do Pará; Cada professor/a dá o enfoque de sua área de formação à disciplina, por exemplo, o historiador trabalha conteúdos de História do Pará, e o Geógrafo trabalha questões ligadas à Geografia, o que parece torná-la na prática uma área, também, disciplinar; Outra questão apontada é que cada professor/a precisa elaborar o seu material de trabalho, pesquisando na internet ou fazendo uma “tradução” de textos acadêmicos, por exemplo, o que indica uma carga de trabalho a mais, para esses

trabalhadores/as. Esse quadro inicial gera desafios em diferentes dimensões, para o processo de educação da região no seu conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos registros oficiais escritos, utilizados neste artigo, a disciplina do ensino básico “Estudos Amazônicos” aparece grafada no plural, o que já denota uma natureza interdisciplinar e um desafio de compreensão para quem com ela se encontra, seja aluno/a ou professor/a. Nos estabelecimentos de ensino básico, da rede pública de educação do Estado do Pará, esta parece ser tratada no singular. Apenas as dificuldades parecem ser plurais.

Ainda que, se anuncie estudos da Amazônia, em seu título, os conteúdos indicados pela Secretaria de Educação do Estado do Para, parte citados aqui, são de “História do Pará”, uma “História” que começa com a vinda da Família Real para o Brasil, e que menciona apenas a matriz de cultura branca, excluindo povos Indígenas e Negros. Um conteúdo, novamente, no singular. Essa ausência de conteúdo regional fere a LDB, uma vez que de acordo com a lei, o aluno precisa conhecer a realidade em que está inserido, e nesse aspecto as matrizes de cultura africana e indígena precisam estar contempladas nas aulas ministradas, por essa área do conhecimento.

A ausência de livros didáticos para esta área parece fazer com que professores e professoras direcionem seus conteúdos e suas aulas, para as suas áreas de conhecimento, como já dito História, Geografia ou Sociologia. Em muitos casos são profissionais de outras áreas que assumem os “estudos amazônicos”, sim, com letra minúscula, pois, há uma ideia muito presente, de que essa área é “fácil”. É “matéria decorativa”. Outra situação é quando há que complementar a carga horária de um/a professor/a com uma ou duas turmas. A observação da prática docente dos professores dessa disciplina revela um trabalho a mais, exatamente o de elaborar apostilas para as aulas. Há um processo de tradução de textos acadêmicos sobre temas amazônicos, para uma linguagem mais acessível aos alunos do ensino básico, e isso demanda um tempo de trabalho docente especializado, em pesquisa e escrita.

Na última década, o senso escolar da Escola de ensino fundamental Luciolo de Oliveira Rabelo, de Goianésia do Pará, região Sudeste do Estado do Pará apontou a disciplina de Estudos Amazônicos, como a que mais reprova. Não raro, alunos do 9º ano, do ensino fundamental, não passam para o ensino médio por causa dessa disciplina. No mesmo sentido,

a disciplina é apontada como uma das que os alunos e alunas mais “rejeitam”. Quando perguntados o que causa isso, a resposta mais comum é a falta de material pedagógico.

Até aqui, foi possível perceber que no caminho entre o proclamado e o realizado, pelos estudos amazônicos, no ensino básico, apenas as fragilidades são plurais, a disciplina e seus agentes sociais parecem invisíveis. Os livros didáticos de História Geral, por exemplo, oferecem menos de duas páginas sobre a História da região, não falemos agora da natureza desse conteúdo, mas pergunto como isso auxilia professores e professoras da disciplina? A proposta curricular da SEDUC/PA, do ano de 2016, para o ensino médio, não apresenta indicativo de conteúdo para a disciplina regional de Estudos Amazônicos. Por onde esta pesquisa já andou, até o momento, não ouviu falar em cursos direcionados para os professores e professoras que “ensinam Amazônia”, no ensino básico, do Estado do Pará, na região amazônica.

Nos Estados do Amazonas e do Amapá, a disciplina existe na matriz curricular como disciplina optativa, mas não é ofertada na rede pública de ensino, pela falta do já citado material didático. Identificar que, em plena região amazônica professores e alunos do ensino básico, pouco debatem as questões amazônicas por falta de apoio pedagógico, aqui incluídos, por exemplo, livros, documentários, curso de extensão universitária, é aceitar que essa ausência faz parte de um projeto em curso, de silenciamento de uma região inteira do país, a qual se está negando, o direito de conhecimento sobre si mesma.

No Estado do Pará, a disciplina existe na região do Marajó, do Baixo Tocantins, do Sudeste do Pará e do Baixo Amazonas, neste último, por força legal, existe também, a disciplina chamada de História dos Municípios, no Município de Óbidos, por exemplo, na rede municipal é utilizada a mesma apostila do 6º ao 9º ano, do ensino fundamental, que trata da História local, em agosto de 2014, em um curso de prática de ensino de ensino de História, disse-me um professor, “os alunos já decoraram o texto, e a apostila está assim, com as folhas amareladas”. “Não temos material”. (Rui Siqueira, professor do ensino fundamental, em Óbidos - Pa. (Entrevista concedida, em 01 de agosto de 2014).

O diálogo com professores e professoras da disciplina, também, mostra que existem pelos menos duas formas de ver a natureza de seu conteúdo: Uma indica que a disciplina deve tratar dos temas da história regional, justificam que os alunos pouco conhecem a história da Amazônia, e que esse deve ser o conteúdo principal da mesma; Outra linha de raciocínio diz que a disciplina estudos amazônicos, é uma disciplina do “tempo presente”, e que deve tratar das questões ligadas à relação da sociedade com a natureza e seus reflexos no meio ambiente na atualidade.

Esta pesquisa defende uma terceira visão, por entender que as duas leituras, citadas acima, não podem ser separadas, pois, entender a dinâmica de apropriação do capital sobre a região amazônica e seus reflexos atuais no meio ambiente, passa necessariamente, por estudos da História Regional. A disciplina já existe com este nome, pelo menos, desde a década de 1990, na escola Ernestina Pereira Maia, no Município de Moju, no Estado do Pará, com uma natureza monodisciplinar, pois, as aulas eram de Geografia regional. Esse quadro parece que pouco mudou. O diálogo interdisciplinar, que parece ser o mais indicado, para se fazer uma leitura mais ampla do espaço amazônico, pouco tem avançado no ensino básico. Cada professor, ou professora parece trabalhar a disciplina dentro de sua “caixinha” de conhecimento. Isolado. Separado.

Frente às mudanças, e as urgências vividas no espaço humano da Amazônia Brasileira, a natureza interdisciplinar que a disciplina citada neste trabalho carrega, precisa ser colocada em prática. Explicitada. Que outros olhares, vindos das ciências naturais, por exemplo, sobre a região, possam entrar no debate e se fazer construtores de conteúdos curriculares para o ensino básico, necessários sobre a região, bem como, a sociologia, a antropologia, a cultura e etc. Acredita-se que, apenas com e através de diálogos plurais, interdisciplinares com diferentes áreas do conhecimento seja possível a superação de parte dos desafios postos para os que trabalham com essa área do conhecimento, e nesse aspecto, a universidade tem um papel seminal, uma vez que pode promover debates, e cursos de extensão que possam ajudar na construção ou reconstrução de aspectos dessa importante disciplina regional.

Para fechar esse momento, quero pontuar que as dimensões do objeto aqui mencionado, a disciplina de Estudos Amazônicos, são plurais, muitas nem foram por mim percebidas e talvez não sejam. O que foi citado até agora pretende provocar pontos de inflexão, para futuros debates sobre as interfaces da “Amazônia ensinada”, afinal, discursos, imagens, visões de mundo, ideologias... Estão sendo construídas e reconstruídas nas salas de aula, sobre a região amazônica. É preciso refletir sobre suas naturezas.

Enquanto trabalho que fez uso de diferentes discursos buscou-se compreender os enunciados na singularidade de sua situação, determinando as condições de sua existência, fixando limites e estabelecendo correlações com outros enunciados. Desta forma, o debate aqui proposto permanece aberto e livre para novos diálogos.

SITES

<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/index.php>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ALMEIDA, D. V. A disciplina intitulada estudos amazônicos constituindo-se como mais um espaço para o conhecimento geográfico em sala de aula. Peru: **Anais do Encontro de Geógrafos de América Latina- 2013** (Versão Digital).

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: RJ, Editora Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Proposta curricular para o ensino médio**. Belém: Secretaria de Educação, SEDUC, Diretoria do Ensino Médio, 2003.

MORAES, J. G. V. de. **História Geral e do Brasil**. Volumes 1,2,3. São Paulo; Saraiva, 2010.

SILVA, M. I. N. da. **Uma análise sobre a inserção dos conteúdos de estudos amazônicos no currículo dos anos finais do ensino fundamental da Secretaria de Educação do Estado do Pará**. Belém: FIBRA, 2014.

VICTOR, R. **LDB, lei 9394/96**. Rio de Janeiro: Roma Editora, 2003.